

DOI: 10.46943/XI.CONEDU.2025.GT10.053

## PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO (PEI): CONTRIBUIÇÕES E ELABORAÇÕES NO MUNICÍPIO DE ITAPIPOCA - CEARÁ

Raimunda Nonta Sousa da Rocha<sup>1</sup>

### RESUMO

Este artigo aborda, por meio de uma revisão bibliográfica e pesquisa de campo qualitativa, a experiência na construção do planejamento educacional individualizado (PEI) em cinco escolas no município de Itapipoca-Ceará para estudantes da educação especial. A princípio, apresenta quem tem direito a esses planos, destacando seu papel na promoção da equidade em sala de aula. A análise inicia-se informando a quem cabe a responsabilidade da construção do PEI, questionando se esse ato, por si só, configura prática inclusiva. Bases legais para o direito ao PEI são contextualizadas, enfatizando a importância do diagnóstico ou avaliação na fase inicial. Trata-se de um estudo sobre esse plano no município de Itapipoca, apontando a necessidade de mudanças nas práticas educativas estabelecidas devido à segregação e à inclusão escolar. Para enaltecer nossa discussão, apontaremos Bueno (1999), Glat (2018) e Fleming (2021), que fazem referência à individualidade das crianças com necessidades educativas especiais e à formação de professores. Este estudo buscou descrever, por meio de pesquisa de campo qualitativa, o que temos construído em cinco escolas da rede municipal de Itapipoca. Visto que, no Brasil, na Lei das Diretrizes e Bases (LDB), garante-se a elaboração específica de um PEI baseado nas necessidades e peculiaridades dos alunos

1 Especialista em Educação Especial pelo Instituto de Educação Superior e Profissional (IESP).  
E-mail: [sousanonata761@gmail.com](mailto:sousanonata761@gmail.com)

com deficiência, resultando em um planejamento mais centrado nos serviços existentes do que nas necessidades dos alunos. Assim, embora a era anunciada seja de inclusão escolar, as práticas de planejamento não mudaram.

**Palavras-chave:** Educação especial, Educação inclusiva, Plano educacional especializado.

## 1 INTRODUÇÃO

As políticas de educação especial estabelecidas nas últimas décadas têm se configurado como um grande avanço na vida das pessoas com deficiência. Apesar disso, o atendimento na educação especial no município de Itapipoca ter avançado bastante em relação a outros municípios circunvizinhos. Embora de forma tímida, tem demandado da estrutura educacional uma total transformação em relação à diversidade, que implica a inserção e a permanência desses estudantes na escola.

Contudo, para os profissionais da educação, tem sido um momento de adequação de ações, práticas e recursos pedagógicos, demandando uma ressignificação dos saberes e atuação. A adequação de conhecimentos e práticas pedagógicas inclusivas que facilitem o acesso das pessoas com deficiência ao ensino regular tem se constituído como um recurso presente em todos os “campos formativos”.

Para isso, essas reflexões têm se criado a possibilidades objetiva e real da escolarização do plano de atendimento da educação especial (PAEE) em ambiente regular junto aos seus pares, principalmente porque a inclusão escolar é considerada categórica de incumbência moral para sociedade. Mesmo tendo dificuldade na construção do plano educacional especializado, os profissionais ariscam tentando fazer o melhor.

O objetivo do presente artigo consiste em, inicialmente, traçar um panorama histórico sobre o que temos construído acerca do plano educacional individualizado (PEI) no município de Itapipoca-Ceará, apontando as implicações e conseqüentes mudanças da filosofia de escolarização em ambientes mais segregados, refletindo que a inclusão escolar acontece nas classes comuns das escolas regulares.

Em seguida, analisa-se a legislação sobre o PEI e os modelos de execução desse tipo de planejamento, observando-se o planejamento educacional especializado desenvolvido em cinco escolas do município de Itapipoca, considerando o que temos construído e como podemos

contribuir na intenção de termos esse “plano como espelho” na utilização em toda escola do município.

O PEI é construído com entrevistas com as famílias, aplicação da anamnese ou avaliação pedagógica para a elaboração de estudos de caso, priorizando o conhecimento individual do aluno, compreendendo todas as suas necessidades, dificuldades e potencialidades. No contexto da sala de aula o atendimento educacional especializado (AEE), cria estratégias específicas que serão discutidas, destacando práticas benéficas para o desenvolvimento educacional inclusivo.

O estudo tem como propósito explorar estratégias de avaliação para o PEI, sublinhando a importância da avaliação contínua para a eficácia desse instrumento. Este artigo proporciona uma visão abrangente, contribuindo para a compreensão e aprimoramento das práticas relacionadas ao planejamento individualizado na educação especial, desenvolvendo habilidades, identificando as barreiras, criando recursos pedagógicos de acessibilidade para uma melhor equidade em sala de aula.

Finalizando o estudo, argumenta-se sobre como melhorar a escolarização dos alunos do PAEE, introduzindo o PEI como ferramenta na política educacional do município de Itapipoca.

O Plano de desenvolvimento individualizado (PDI) ou PEI é uma proposta de organização curricular que orienta a intervenção pedagógica do professor a desenvolver habilidades ainda não consolidadas pelo estudante. É um instrumento de caráter inclusivo, que visa adequar, planejar e acompanhar, de forma individualizada, o processo de aprendizagem do estudante que dele necessita, estimulando seu melhor desempenho.

O conceito de PEI surgiu nos Estados Unidos com a implementação da Lei de Educação para Indivíduos com deficiências (IDEA), em 1975. Essa lei estabeleceu o direito de todos os alunos com deficiência a uma educação pública adequada, garantindo a criação de um PEI para cada aluno elegível. No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 também estabelece a necessidade de um planejamento educacional individualizado para alunos com necessidades especiais, no

entanto precisa estar implícito no projeto político pedagógico (PPP) da escola, não apenas inscrito, mas colocado em prática, lido, estudado e entendido por toda a unidade escolar.

Como citado acima, o objetivo geral deste estudo é traçar um panorama histórico sobre o que temos construído acerca do PEI no município de Itapipoca-Ceará. Como objetivos específicos, temos:

- observar o PEI nas cinco escolas do município de Itapipoca, com a intenção de um plano unificado, com um olhar específico para cada realidade.
- promover a interação entre alunos/professores e demais funcionários da unidade escolar, dando ênfase à interação e participação efetiva do aluno nas diferentes situações de aprendizagem e socialização no contexto escolar;
- organizar matérias para eliminação de barreiras, fortalecendo as relações entre escola e família.

“Os sonhos, os nossos objetivos de vida, estão ligados diretamente à capacidade de aprender” (Fleming, 2021, p. 57). Nesse processo é importante situar autores que contribuem significativamente tanto na importância de um currículo adaptado para o desenvolvimento do aluno, como também no caminho que deve ser percorrido pela instituição que se compromete em oferecer as condições necessárias para que cada discente desenvolva o seu potencial. Nos marcos legais há avanços fundamentais nesse processo, tais como a Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira da Pessoa com Deficiência.

A metodologia utilizada para elaboração deste estudo foi a pesquisa bibliográfica, que, de acordo com Fonseca (2002, p. 32), parte do levantamento de referências teóricas analisadas e publicadas por meio de escritos físicos e eletrônicos como livros, artigos científicos e páginas de *web sites*. Ressalta, ainda, que “Qualquer trabalho científico inicia-se com

uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto e na pesquisa de campo”.

Como comenta Marconi e Lakatus (2003), a pesquisa de campo é aquela que se realizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese que se queira comprovar, além de descobrir novos fenômenos ou relações entre eles.

## **2. DESENVOLVIMENTO**

### **2.1 PLANEJAMENTO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO/PEI: UM OLHAR SOBRE AS EXPERIÊNCIAS**

O estudo teórico parte de uma discussão sobre a construção do PEI no município de Itapipoca para educação especial inclusiva. A inquietude é a falta de entendimento dos profissionais que lidam diretamente com as crianças com deficiência, e não fica claro o entendimento acerca do plano para educação especial inclusiva na rede do município de Itapipoca. Para isso, trazemos autores e a legislação que trata sobre o tema, como a LDB, Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, além de dados do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (INEP).

Compreendemos que a educação é o grande universo que engloba toda formação humana, e nela estão todos os seres humanos, sendo um vasto campo de interação e formação, conferindo ao indivíduo a oportunidade de assimilar novos conhecimentos.

Através do pensar o PEI chegamos a uma nova perspectiva, que a educação não é só transmissão de conteúdo, principalmente na perspectiva de inclusão, em que essa deve ser voltada para superação das barreiras, desenvolvimento das habilidades e acessibilidade.

Portanto, a discussão é conduzida a partir de pressupostos teóricos e metodológicos sobre o PEI e a importância da compreensão, execução e utilização na prática pedagógica do professor na perspectiva de conduzir o processo de desenvolvimento do aluno com deficiência de forma significativa. Para isso, além dos autores Bueno (1999), Fleming (2021) e Glat (2018), é apresentada uma discussão com autores como Pletsch e Glat (2013), Marfin e Bzuneck (2018) e Salles e Alves (2016).

Contudo, a inclusão deve ser uma transformação individual e coletiva e deve ser vista como referência para tal mudança de mentalidades, vista que a criança com deficiência necessita sentir-se valorizada, incluída nos espaços escolares. A inclusão acontece a partir do momento em que escola estabelece a conexão da criança com o meio ao qual ela pertence e é protagonista. No cotidiano escolar, a atuação do professor, comprometido e com intencionalidades educativas, contribui decisivamente para a construção da inclusão e de valores sólidos. Para Freire (1993):

A educação é possível para o homem porque é inacabado. Ao passo que temos a liberdade de pensar e criar, temos a possibilidade de construir uma educação alicerçada nos nossos valores e na nossa realidade concreta, sem comodismo e sem medo de transformar o meio do qual fazem parte (Freire, 1993, p. 28).

E meio no qual fazem parte as crianças, Mantoan (2019) destaca:

[...] com altas habilidades/superdotação demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes. Também apresentam elevada criatividade, grande envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse. Dentre os transtornos funcionais específicos estão: dislexia, disortografia, disgrafia, discalculia, transtorno de atenção e hiperatividade, entre outros (Brasil, 2008 *apud* Mantoan, 2019, p. 4).

Além das crianças com baixa visão, surdas, deficiências física e intelectuais, dislexia, transtorno do espectro autista (TEA), transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH) e transtorno opositor desafiador (TOD), dentre outros, é um campo diverso, que através dos laudos que atestam

as diferenças e os números aumentam a cada ano, compreendendo que a educação é aperfeiçoamento, e na perspectiva inclusiva assegura a toda criança com deficiência permanente ou crianças com dificuldades transitórias a possibilidade de acesso à educação de qualidade, proporcionando aos alunos estudo específico, através dos PEI, tratando-os com dignidade e respeito às diferenças. A declaração de Salamanca expõe que:

Princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 1994).

Sabemos que as crianças com deficiência encontram distintos obstáculos no seu processo de escolarização, porém é visível que essa situação vem mudando, devido à legislação vigente e a professores comprometidos que buscam enfrentar tais desafios. Evidencia-se na Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015), em seu Art. 2º, que a pessoa com deficiência é “aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”. Ou seja, é uma minoria que necessita de mais apoio para vivenciar seus direitos. O Art. 4º da referida lei aborda que: “toda pessoa com deficiência tem direito a igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação”.

## 2.2 EDUCAÇÃO ESPECIAL / PESQUISA DE CAMPO

Historicamente, no Brasil, a educação especial se estruturou a partir da exclusão das pessoas com deficiência das escolas regulares até a década de 1980 do século XX. O atendimento “especializado” era mais

voltado para deficiências visuais e auditivas, realizado por alguns institutos, desconsiderando, nesse sentido, deficiências físicas e intelectuais. Essa exclusão da rede regular de ensino esteve ligada à concepção assistencialista colocada nas políticas sociais que, de certa forma, inviabilizou por décadas a inserção e permanência das pessoas com deficiência na escola. Segundo Bueno (1999):

O ensino regular tem excluído sistematicamente larga parcela de sua população sob a justificativa de que essa parcela não reúne condições para usufruir do processo escolar, por apresentarem problemas pessoais (distúrbios dos mais diversos), problemas familiares (desagregação ou desorganização da família) ou “carências culturais” (provenientes de um meio social pobre). Por sua vez, o ensino especial também tem excluído sistematicamente grande parcela de seu alunado sob a alegação de que, por suas próprias características, essa parcela não possui condições para receber o mesmo nível de escolarização que as crianças normais. Crianças têm sido mantidas por anos a fio no ensino especial sem que se consigam mínimos resultados com relação à sua escolarização (Bueno, 1999, p. 11).

A partir desse momento histórico de exclusão que foi perpassado por várias décadas no Brasil, a educação especial, como modalidade de ensino, não se configurou como uma necessidade para o campo educacional. Essa concepção se espalhou em vários âmbitos, inclusive nos currículos de formação docente, que não via a modalidade como emergente.

Podemos dizer que a LDB (Brasil, 1996) se constitui como marco importante para a formação desses profissionais, pois estabelece que os sistemas de ensino assegurarão aos educandos “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns”.

A LDB também traz em seu Art. 58 que a educação especial é uma “modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais

do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” (Brasil, 1996). Já no Art. 59, inciso I, dispõe que “os sistemas de ensino assegurarão currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos aos alunos com deficiência [...]”. Além disso, a lei destaca que ela pode ser desenvolvida tanto em instituições regulares como em espaços especializados. Contudo, tomando por base a amplitude de necessidades abrangidas pela educação especial e a Lei de Inclusão, é recomendado que esses educandos sejam atendidos na rede regular de ensino, visando a inclusão.

A educação especial segue diretrizes semelhantes do ensino geral, mas contempla atendimentos especializados, trabalhando as necessidades de cada estudante a partir de recursos específicos. Dessa forma, é possível compreender a relevância do PEI para o aprendizado de estudantes com deficiência. Isso se deve ao fato de que pensar na transformação de práticas, atitudes e representações em torno da educação especial é reconhecer e legitimar as potencialidades das pessoas com deficiência como sujeitos de direitos e capazes de construir conhecimentos e se desenvolver dentro das suas especificidades.

Sendo assim, apresentamos 5 PEIs de cinco escolas do município de Itapipoca, Ceará, classificados de A - E (anexos). Com o intuito de resguardar o anonimato dessas instituições, utilizamos letras fictícias para apresentar as escolas. A seguir, analisaremos os seguintes pontos: observar o que temos em comum; compartilhar as experiências vividas; compreender as fragilidades; superar os limites e contribuir para um plano de maior compreensão para a rede.

As observações realizadas nas cinco instituições de ensino revelaram pontos em comum: conhecimentos básicos que auxiliam o aluno a superar as barreiras no seu dia a dia, mas ainda é necessário equilibrar de forma mais eficaz a intencionalidade prática no seu fazer diário. No que tange a compreensão das fragilidades, temos um aspecto que fará total diferença, que é a compreensão que estudante exige um plano específico, visto que são seres diferentes. Por mais que muitas vezes tenham

a mesma deficiência, as comorbidades podem se apresentar de forma diferente.

Já na superação dos limites há um esforço diário dos professores buscando uma aproximação de confiança entre docente e aluno com o intuito de conhecer melhor o sujeito para melhor aproveitar suas habilidades na superação das barreiras. Nos planos está implícita a preocupação em sua elaboração, sempre pensando em como aproveitar as habilidades da criança e trabalhando as dificuldades, buscando desafiar a criança a desenvolver a autonomia.

A elaboração do PEI requer a união de várias mãos, o seu processo é essencialmente coletivo e o seu resultado é primordialmente individual. É uma ação que aproxima família e escola para troca de informações, contribuições e resultados.

Ainda vale ressaltar que a legislação corrobora com o princípio inclusivo da Constituição Federal (Brasil, 1988), que legitima a inclusão de pessoas com alguma necessidade educacional especial (NEE), a partir do princípio de igualdade para que as oportunidades sejam oferecidas de forma igualitária a todas as pessoas.

**Quadro 1-** Síntese dos produtos pesquisado

TÍTULO	ANO	INSTITUIÇÃO
NUVEM DE PAPEL /ATIVIDADE DE RECORTE	2023	A
OBSERVANDO AS HABILIDADES DESENVOLVIDAS	2024	B
TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA	2022	C
SUDOKU - TEA	2025	D
TODOS PELA INCLUSÃO	2025	E

**Fonte:** autora (2025).

Através do estudo, é possível identificar falhas no processo, as quais são extremamente relevantes, sendo necessária a revisão por afetar todo o sistema de ensino.

Para construir o PEI, é necessário tempo, uma vez que o atendimento ao estudante é muito curto. A falta de tempo se apresenta como algo recorrente no contexto educacional, sendo consubstanciado como bar-

reira na elaboração do PEI. Sendo assim, conclui que o PEI possibilita ao professor adequar o planejamento, as estratégias e método de ensino, conhecendo as limitações e potencialidades dos estudantes. Sendo assim, o documento se apresenta como uma estratégia favorável ao processo acadêmico de estudantes com deficiência.

O PEI deve partir do estudo de caso, pois é conhecendo o sujeito que pode projetar algo específico. Assim, ele auxilia o currículo oficial, quebrando a barreira padrão, ao passo que especifica e estrutura o tipo de atividade, além de apontar o profissional de apoio conveniente para o estudante. Dessa forma, não há limite, mas estímulo para o ensino-aprendizagem. Com isso, Santos (2022) salienta:

*A literatura aponta que, quando as estratégias de ensino universais em sala de aula comum não são suficientes para assegurar a aprendizagem do estudante PAEE, o Planejamento educacional Individualizado (PEI) tem sido um forte aliado para oportunizar o acesso ao currículo padrão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e, em casos extremamente necessários, norteia as escolhas para um currículo específico (Santos et al., 2022, p. 17-18).*

Em geral, são muitas as contribuições esfaceladas distribuídas nos cinco planos analisados. O maior desafio é estudar e organizar as diversas estratégias de forma que possamos ter um modelo padrão flexível de acordo com a realidade e necessidades de cada escola, sem perder de vista as evidências gerais: orientações de como desenvolver o plano; definições para o PEI e suas derivações de nomenclatura; modelos de fichas para compor o PEI; instruções para preenchimento do PEI; e o não menos importante estudo de caso de cada estudante.

### 3 CONCLUSÃO

A pesquisa sobre o PEI tem demandado estudo e aperfeiçoamento de todos os profissionais da área, como já dizia o mestre patrono Paulo Freire: “Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos

alguma coisa. Todos nós ignoramos alguma coisa. Por isso aprendemos sempre” (Freire, 1989, p. 11).

Esta pesquisa abre um leque de oportunidades, ampliando o círculo social do fazer diário, proporcionando a troca de experiências e o apreender nas diversas esferas do campo educacional.

Como acontece com todo profissional, a vida do professor tem seus limites, altos e baixos, lutar por uma educação pública inclusiva de qualidade não é fácil. É resistência! E a resistência encontra força no apoio mútuo, seja na escola, comunidade e/ou família, no convívio e troca com seus pares.

Com isso, podemos trazer presente a falta de formação específica para os professores que atuam na educação especial inclusiva, e esses não tendo formação que possa subsidiar o seu atendimento à criança, também não poderão auxiliar os professores da sala de aula comum.

Este estudo buscou desenvolver uma observação dialógica com os profissionais que trabalham na educação especial inclusiva, ressaltando cinco elaborações de PEI. Durante a pesquisa, o maior desafio encontrado foi o tempo escasso das partes envolvidas. Contudo, vale a reflexão acerca de como é importante o tempo e empenho para o planejamento internacionalizado, elaborado para cada criança.

A execução ou metodologia é um motor importante, podemos trazer presente os diferentes conteúdos passados na sala de aula comum, mas o que vai fazer a diferença é o método e empatia ao executá-lo com o sujeito. Não deixando de lembrar que o tempo escasso para o planejamento desse profissional não tem contribuído muito para sua prática no fazer diário.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 10 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 10 mar. 2025.

BRASIL. **Decreto n. 6.571, de 17 de setembro de 2008.** Dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado. Brasília, 2008. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2008/decreto-6571-17-setembro-2008580775-publicacaooriginal-103645-pe.html>. Acesso em: 10 mar. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução n. 4, de 2 de outubro de 2009.** Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica – Modalidade Educação Especial. Brasília: CNE, 2009. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004\\_09.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf). Acesso em: 10 mar. 2025.

BRASIL. **Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato20152018/2015/lei/l13146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20152018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em: 10 mar. 2025.

FLEMING, L. **Seja o Nota dez na vida:** Aprenda a conquistar os seus sonhos. Viseu. Maringá-PR, 2021.



FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UECE, 2002.  
FREIRE, P. **A importância do ato de ler.** 23 ed. São Paulo: Autores Associados, 1989.  
FREIRE, P. **Educação e Mudança.** 22. ed. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1993.

GLAT, R. Desconstruindo representações sociais: por uma cultura de colaboração para inclusão escolar. **Bras. Ed. Esp.**, Marília, v. 24(Edição Especial), p. 9-20, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/46TchJ98ZcyvZ3Xb5X7Zk-Fy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 mar. 2025.

GLAT, R.; PLETSCH, M. D. (Orgs.) **Estratégias educacionais diferenciadas para alunos com necessidades especiais.** Rio de Janeiro: EDUERJ, 2013.

VALADÃO, G. T.; MENDES, E. G. Inclusão escolar e o planejamento educacional individualizado. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, e230076, 2018.

## ANEXOS

					
Tema: NUVEM DE PAPEL ATIVIDADE DE RECORTE		PEI A			
Série:		Data: 02 à 05 de setembro - 2023			
Disciplina: Multidisciplinar		Professor(a)			
Conteúdo		Escola:			
Objetivos	Desenvolvimento	Materiais/ Equipamentos	Avaliação	Duração	
Objetivo ou interção que você deseja alcançar com a aula	Objetivo ou interção que você deseja alcançar com a aula	Materiais necessários para realizar a aula	Método utilizado para avaliar se o aluno aprendeu ou não o conteúdo	Tempo de duração da aula	
<p>Recorte dos traçados;</p> <p>Recorte dos números;</p>	<p>Desenvolvimento da motricidade;</p> <p>Noção de espaço;</p> <p>Preparação para a alfabetização;</p> <p>Melhora a escrita;</p> <p>Trabalha Coordenação motora fina;</p> <p>Percepção visual;</p> <p>Orientação espacial;</p> <p>Coordenação Óculo- manual;</p> <p>Tonicidade muscular;</p> <p>Consciência corporal;</p> <p>Concentração;</p> <p>Noção de espaço</p> <p>Lateralidade;</p> <p>Direção da consciência corporal.</p>	<p>A professora recebe a criança na porta com cumprimentos carinhosos. Espera que se acomode no cantinho da leitura; Apresenta a proposta da semana, com a ajuda das atividades impressas;</p> <p>Em seguida a criança é convidada a realizar a atividade de recorte da nuvem de papel, seguindo os traçados.</p> <p>Para finalizar pedir que ela faça um belo colorido e por fim expor na sala no painel das atividades da semana.</p>	<p>Atividade impressa;</p> <p>Tesoura;</p> <p>Lápis de cor.</p>	<p>A avaliação acontecerá mediante Observação da participação e envolvimento da criança realização das atividades.</p>	00:40 minutos.



PEI – B

ESTADO DO CEARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÍPOCA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA  
GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA

PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO – PEI -AEE

Nome: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Nascimento: \_\_\_\_\_

/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_

Deficiência:

( ) Deficiência intelectual ( ) Deficiência visual ( ) Deficiência auditiva ( )

Deficiência física ( ) Transtorno espectro autista ( ) Deficiências múltiplas

( ) Altas habilidades e superdotação. Outros: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

1- Organização do atendimento:

Período de realização: Frequência: \_\_\_\_\_ Tempo de

atendimento: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Composição do atendimento ( )

individual ( ) Coletivo

2 – Competências a serem desenvolvidas. (BNCC e DCRC pag. 60/70) Competência 1 ( )

Competência 2 ( ) Competência 3 ( ) Competência 4 ( ) Competência 5 ( ) Competência 6 ( )

Competência 7 ( ) Competência 8 ( ) Competência 9 ( ) Competência 10 ( )

3 – Habilidades a serem desenvolvidas

4 - Atividades a serem desenvolvidas no atendimento ao aluno

OPÇÃO	ATIVIDADES	OBSERVAÇÃO
	Aspectos psicomotores	
	Aspectos cognitivos (leitura, escrita e raciocínio lógico)	
	Aspectos socio-Afetivo-Emocional	



	Práticas educativas de vida independente	
	Outras atividades	

5 Seleção de material a serem produzidos para o aluno

\_\_\_\_\_

6 – Adequação de materiais

7 - Recursos

Opção	Recurso	Opção	Recurso
	CANETAS.		SEMENTES.
	LAPIS.		DADOS.
	PINCEL ATOMICO.		PALITOS.
	PAPEL A4.		TAMPINHAS.
	PAPEL MADEIRA.		CANUDOS.
	GIZ DE CERA.		MATERIAL PARA RECORTE.
	COLA.		MATERIAL DOURADO.
	TESOURA.		CAIXA DE SOM.
	EVA.		LIVRO PARADIDATICO.
	REGUA/TRENA/ COMPASSO/ESQUADRO.		COMPUTADOR.
	TINTA GUACHE.		SMARTPHONE.
	LAPIS DE COR.		OUTROS:
	LIVRO DIDATICO.		OUTROS:

8 – Seleção de material a serem produzidos para o aluno

\_\_\_\_\_

9 - Profissionais da escola que receberão orientações do professor do AEE sobre serviços e recursos oferecidos ao aluno:

Professor de sala de aula ( ) Professor de Educação física ( ) Cuidador ( ) Colegas de turma ( )  
equipe gestora ( ) outros:

10 - Resultados obtidos diante das habilidades desenvolvidas

\_\_\_\_\_

11 - Há necessidade de reestruturação do plano?( ) Sim ( ) Não.  
Quando

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Professora AEE



PEI – C



ESTADO DO CEARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÍPOCA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA  
GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA  
Transtorno do Espectro Autista (TEA)

PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO – PEI -AEE

Identificação do Estudante:

Nome: \_\_\_\_\_

Data de Nascimento: \_\_\_\_ \ \_\_\_\_ \ \_\_\_\_ Série/Ano: \_\_\_\_\_ 2022

Escola: \_\_\_\_\_

Data da Elaboração: \_\_\_\_ \ \_\_\_\_ \ \_\_\_\_

<b>Objetivos:</b>	<b>Metas:</b>	<b>Estratégias e ações:</b>
Desenvolver habilidades de comunicação e interação social.	<ul style="list-style-type: none"><li>• Estabelecer contato visual com frequência.</li><li>• Responder a perguntas simples.</li><li>• Iniciar e manter conversas curtas.</li><li>• Participar de brincadeiras com outras crianças.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Treinamento de habilidades de comunicação e interação social.</li><li>• Adaptação do ambiente escolar para atender às necessidades do aluno.</li><li>• Utilização de recursos visuais e de comunicação alternativa.</li><li>• Capacitação da equipe escolar sobre TEA.</li></ul>



## PEI D

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIOICA  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA  
GERÊNCIA DE EJA E EDUCAÇÃO ESPECIAL

---

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

### REGISTRO DE ATIVIDADES E FREQUÊNCIA

ESCOLA						MÊS: SETEMBRO
PROFESSOR(A)						
DIAS DA SEMANA	SEG 09./09./2024	QUIN 12 \ 09 \ 24	ANO: 5º ANO			
HORARIOS:	07:20 - 08:00	07:20 - 08:00				
ALUNO:	- TEA <b>VERIFICAÇÃO SE TEM TDAH</b>					

OBJETIVOS	ATIVIDADES	METODOLOGIAS	RESULTADOS OBTIDOS
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Diferenciar sensação</li> <li>✓ Utilizar estratégias para colocar os números faltantes numa tabela desenvolvendo habilidades cognitivas.</li> </ul>	<p>CONVERSA ATIVA</p> <p>RELAXAMENTO</p> <p>O SUDOKU</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Relaxamento ao som dirigido</li> <li>✓ Explicação da execução do jogo</li> <li>✓ Completar todo o quadro utilizando os números de 1 a 9</li> <li>✓ Não pode repetir os mesmo números nas linhas vertical ou horizontal</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Coordenação motoro</li> <li>✓ Raciocínio lógico</li> <li>✓ Atenção seletiva e alteridade</li> <li>✓ Memória de trabalho</li> <li>✓ Habilidade viso-espacial</li> <li>✓ Pensamento lateral</li> </ul>



PEIE



Tema: PROJETO: Todos pela Inclusão			Data: 16 à 19 de setembro 2025		
Série: _____			Professor(a):		
Disciplina: Multidisciplinar			Escola:		
Conteúdo	Objetivos	Desenvolvimento	Materiais/ Equipamentos	Avaliação	Duração
Descrever conteúdo a ser abordado	Objetivo ou interação que você deseja alcançar com a aula	Criar um roteiro passo a passo de como será realizada a aula	Materiais necessários para realizar a aula	Método utilizado para avaliar se o aluno aprendeu ou não o conteúdo	Tempo de duração da aula
<p>Contação de História;</p> <p>Musicalidade;</p> <p>Socialização.</p>	<p>Desenvolver a oralidade, através de contação, músicas e brincadeiras;</p> <p>Trabalhar a empatia e o respeito entre as crianças e seus pares.</p> <p>Possibilitar meios para uma verdadeira inclusão e socialização entre as crianças atípicas e típicas.</p>	<p>A professora recebe cada turma na sala do AEE, solicita que sentem no tapete e inicia fazendo a acolhida com a música: Espelho, espelho meu/ quem sou eu?.</p> <p>No segundo momento é realizado a contação de história: A Branca de Neve e os sete anões;</p> <p>Em seguida convidamos as crianças a ficarem de pé para dançarmos a música: Estátua difere;</p> <p>Para finalizar, disponibilizamos alguns brinquedos para as crianças se socializarem, por fim solicitamos que as mesmas ajudem a guardar o material utilizado e nos despedimos para retornarem para a sala de aula regular</p>	<p>Palitoches da música: Espelho, espelho meu, quem sou eu?;</p> <p>Fantoches da contação: Branca de Neve e os Sete anões;</p>	<p>A avaliação acontecerá mediante observação da participação e envolvimento da criança na realização das atividades</p>	00:40 minutos.